

DOCUMENTO ORIENTADOR

PDI

Plano de Desenvolvimento Individual

EDUCAÇÃO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Secretário de Estado de Educação

Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas

Secretária de Estado Adjunta de Educação

Fernanda de Siqueira Neves

Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica

Kellen Silva Senra

Superintendência de Políticas Pedagógicas

Rosely Lúcia de Lima

Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais

Erenilton Peixoto de Araújo

Coordenação de Educação Especial Inclusiva

Suéllen Cristina Ferreira Gomes Fernandes Coelho

Equipe Técnica

Cristina Martins da Costa Azevedo

Edirlene Braz do Carmo Braga

Juliana Rodrigues de Alcântara

Márcia Josiane Resende Lima

Maria Alice Ferreira de Melo e Melo

Natalie da Silva Guimarães



“Na escola que assume a perspectiva inclusiva, todo professor busca despertar e desenvolver competências e propor conteúdos compatíveis com as experiências vividas pelos alunos, para que atribuam significado aos conteúdos, tendo participação ativa nesse processo.”
(POKER, 2013)

Sumário

01

Apresentação.....	03
-------------------	----

02

Avaliação diagnóstica	05
Dados institucionais	05
Dados dos estudantes	06
Considerações da família/responsáveis.....	07
Histórico da escolarização.....	07
Aspectos comportamentais observados.....	08
Aspectos psicomotores observados.....	09
Aspectos pedagógicos/cognitivos observados.....	11
Comunicação e Linguagem.....	12

03

Avaliação bimestral	05
Planejamento bimestral.....	14
Avaliação.....	20
Relatório Pedagógico do desenvolvimento do estudante.....	22

04

Bibliografia	24
--------------------	----

APRESENTAÇÃO



Muitos são os desafios enfrentados pela escola na atualidade: ser acessível para estar universalizada ao mesmo tempo que, em meio a coletividade, as especificidades e individualidades dos estudantes necessitam ser acolhidas e consideradas, demandando, assim, uma prática pedagógica diferenciada. A escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial por vezes é desafiadora, pois há a necessidade de possibilitar oportunidades de aprendizagem levando-se em conta as demandas educacionais apresentadas por esses estudantes.

Ao se pensar o direito à educação como uma ação social, política e cultural, garantir aos estudantes público-alvo da educação especial o direito de acesso e permanência nas escolas comuns perpassa, também, pelo direito de acesso ao currículo, de práticas pedagógicas específicas, de participação e de reconhecimento acerca das diferenças existentes entre os sujeitos inseridos no ambiente escolar. Nesse sentido, promover condições de aprendizagem, em uma perspectiva inclusiva, demanda a identificação das necessidades individuais para que as respostas educativas sejam coerentes com as especificidades apresentadas pelos estudantes.

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é um instrumento essencial para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes

público-alvo da Educação Especial, sendo extremamente útil e funcional. Esse documento deverá ser elaborado para todos os estudantes público-alvo da educação especial, ou seja, estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação acompanhados, ou não, pelos profissionais do atendimento educacional especializado (professor de apoio à comunicação, linguagem e tecnologias assistivas (ACLTA), tradutor intérprete de Libras (TILS) e guia-intérprete (GI).

O PDI orienta as estratégias de planejamento de ações significativas de desenvolvimento, de avaliação, de adaptação razoável¹ e a gestão do ensino durante cada ano escolar. Por isso, deve ser um documento de consulta diária do professor durante seu planejamento, tendo sempre em foco os objetivos e metas traçados para aquele estudante e o registro das estratégias utilizadas. Esse instrumento também respalda o percurso escolar, visto que seus resultados pedagógicos são apurados e apresentados conforme o desenvolvimento de cada habilidade/ano de escolaridade, considerando as necessidades específicas de cada estudante público da educação especial, de forma individualizada, em que haja a avaliação do progresso do estudante de maneira contínua em relação a ele mesmo e ao restante da turma, a fim de possibilitar ao professor uma reflexão da prática e realizar a correção de rumos de maneira constante.

Nesse entendimento, é indispensável a construção coletiva e responsável do PDI dos estudantes público-alvo da Educação Especial, de forma que esse documento se torne adequado para traçar metas e práticas, além de possibilitar a criação de estratégias de aprendizagem que proporcionem o desenvolvimento acadêmico do estudante, estimulando a sua participação em seu processo de escolarização. Sendo assim, a elaboração do PDI deve contar com a participação de toda equipe pedagógica da escola a fim de que sejam identificadas as potencialidades, as habilidades consolidadas e as em desenvolvimento, as áreas de interesse, bem como as necessidades pedagógicas e tudo aquilo que cativa, traz alegria, prazer, foco e a atenção do estudante público da educação especial no ambiente escolar, fomentando o interesse pelo seu desenvolvimento acadêmico.

O PDI, regulamentado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE), é de construção obrigatória pelas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, conforme Anexo I da Resolução SEE nº 4256/2020 e permite um amplo conhecimento do estudante em sua perspectiva pedagógica. A seguir, apresentaremos as orientações e reflexões sobre cada item do PDI, para a construção da Avaliação Diagnóstica, da Avaliação Bimestral e do Relatório Semestral.

¹ Entende-se por adaptação razoável aquelas modificações e ajustes necessários que não tragam ônus desproporcional e indevido, realizadas com o escopo de garantir que a pessoa com deficiência possa exercer ou gozar todos os direitos e liberdades fundamentais em igualdade de condições e oportunidade com as demais pessoas. (Lei No 13.146, de 6 de Julho de 2015) A adaptação razoável apresenta enfoque no indivíduo, visando garantir a superação e a prevenção de barreiras individuais e concretas. A Learning Disabilities Association of America (Associação Americana de Dificuldades de Aprendizagem) cita como exemplos de adaptações razoáveis "a provisão de leitores, a provisão de textos em áudio, as mudanças nas formas como os testes e exames são realizados, a provisão de professores auxiliares, e o sentar-se na primeira fila em salas de aulas" (Apud SASSAKI, 2017)

CAPÍTULO I

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

DADOS INSTITUCIONAIS

Em uma perspectiva inclusiva, a escola deve se apresentar como agente reflexivo nas questões de acessibilidade física e atitudinal em seu universo escolar. Mais que expôr uma descrição de dados institucionais, a escola deve pensar e buscar formas de garantir o direito de acesso de todos ao ambiente escolar.

Sendo assim, é importante a verificação do espaço físico da escola e, caso a estrutura predial ainda não contemple a acessibilidade indispensável, é de responsabilidade do gestor assegurar a melhor forma de promover o acesso do estudante com deficiência a todas as dependências da instituição de ensino, até que as alterações arquitetônicas acessíveis sejam providenciadas. Cabe ao gestor escolar, juntamente com a Superintendência Regional de Ensino (SRE), verificar as possibilidades para efetivação dessa ação junto aos setores responsáveis pelas ações de acessibilidade arquitetônica na SEE.

O PDI proposto prevê uma construção coletiva (especialista, professores regentes de turmas/aulas, professores de Salas de Recursos, professores de apoio à comunicação, linguagem e tecnologias assistivas (ACLTA), guias intérpretes (GI), tradutores intérpretes de Libras (TILS), sendo essa elaboração coordenada pelo especialista² da escola, uma vez que esse profissional é o responsável pela



articulação junto à equipe pedagógica. Com isso, pretende-se que todos percebam as potencialidades e os desafios a serem enfrentados pelo estudante em sua vivência no ambiente escolar como, por exemplo, ao entrar na escola, ao acessar a biblioteca, durante o recreio, em sala de aula, na cantina, dentre outros, buscando a eliminação de barreiras atitudinais e físicas.

2 No caso de escolas que não possuem Especialista em Educação Básica (EEB) em seu quadro funcional, deve-se eleger um professor regente de turma/aula para esta função.

DADOS DO ESTUDANTE

Para os estudantes público-alvo da educação especial, é essencial que os profissionais da escola se apropriem de informações específicas acerca das necessidades apresentadas pelos estudantes, para melhor compreensão de sua rotina. Em alguns casos, o estudante público da educação especial, assim como os demais estudantes da escola, pode fazer uso de algum medicamento (contínuo ou de tratamento de curto prazo) que cause eventuais efeitos colaterais, como sonolência, desatenção, irritabilidade, cansaço, excesso de concentração em um ponto ou objeto, dentre outros. É importante considerar que todos nós estamos sujeitos a reações colaterais ao sermos medicados, sendo assim, esta não é uma prerrogativa do estudante público da educação especial.

Além das informações sobre uso de medicamentos, é importante identificar se o estudante realiza algum atendimento na área da saúde e, sendo possível, a escola deve estabelecer interlocução com os profissionais que o atendem. Devem ser identificadas também quais as necessidades específicas apresentadas pelo estudante para o acesso ao currículo, para sua



interação e mobilidade; o que o motiva; quais são seus interesses e o que desperta alegria e entusiasmo, a fim de ampliar os conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes, possibilitando, assim, um melhor acolhimento no ambiente escolar. Esses conhecimentos contribuem para um melhor entendimento das necessidades e especificidades do estudante e possibilitam o planejamento das intervenções a serem adotadas pela equipe pedagógica e demais servidores da escola para a interação, o desenvolvimento e a aprendizagem do estudante.

CONSIDERAÇÕES DA FAMÍLIA/RESPONSÁVEIS

A parceria entre a família/responsáveis e a escola é essencial para o desenvolvimento escolar dos estudantes público-alvo da educação especial. Sendo assim, a vivência familiar do estudante e as atividades de vida diária (AVD)³ devem ser descritas de forma clara e exemplificada no PDI. Essa descrição possibilitará uma análise pelos professores e especialistas da educação sobre como o contexto geral influencia a metacognição (o conhecimento do estudante acerca de si mesmo, de como ele aprende com maior facilidade, bem como o controle por ele mesmo dos seus processos de cognição e aprendizagem) e as atitudes socioculturais no ambiente escolar. As experiências vividas fora da escola demonstram habilidades que nem sempre são expressas naturalmente no ambiente escolar. Essas informações, quando apresentadas no PDI, poderão ser revertidas em estratégias pensadas especificamente para o desenvolvimento do estudante.



HISTÓRICO DE ESCOLARIZAÇÃO

Neste item, deve ser descrito o percurso escolar do estudante, as experiências vivenciadas, as intervenções realizadas, os projetos dos quais participa e os atendimentos educacionais especializados disponibilizados. O conhecimento do percurso escolar do estudante possibilita melhor compreensão acerca de suas habilidades, potencialidades e necessidades, favorecendo o planejamento das intervenções necessárias.

3 As questões afetivas e de autonomia em suas ações cotidianas - tomar banho, se alimentar, brincar, pegar objetos de seu interesse, de compreensão de sua deficiência, tanto pelo estudante como pelos familiares/responsáveis, do potencial de aprendizado nas práticas domésticas e pessoais, auto estima, seus momentos de alegria e tristeza, entre outras.



É indispensável a observação e o registro da evolução do estudante público da educação especial ao longo de seu percurso escolar, visto que os atendimentos educacionais especializados (AEE) têm como objetivo a autonomia e independência dos estudantes. Sendo assim, de acordo com as observações e registros realizados, deve-se aferir o grau de desenvolvimento pedagógico e independência do estudante na realização das atividades propostas e observar se o atendimento educacional especializado condiz com a condição atual do estudante. Dessa forma, é possível analisar a necessidade de cada atendimento, facilitando a comunicação entre a equipe pedagógica e possibilitando uma compreensão mais abrangente e colaborativa das necessidades específicas dos estudantes.

ASPECTOS COMPORTAMENTAIS

A inclusão, em qualquer ambiente (na escola, no trabalho, nas vias urbanas, etc), pode exigir adaptações arquitetônicas e/ou sociais, no sentido da valorização das diversidades e das minorias (DELGADO, 2011). A construção do que seriam "comportamentos adequados" a pessoas, ambientes e momentos pode reforçar as barreiras à inclusão. A compreensão do outro, como indivíduo único em sua construção sociocultural, é importante para o conhecimento dos momentos e ações que desencadeiam atitudes inesperadas e vistas como inadequadas.

Observa-se que as relações sociais, baseadas em construções culturais, muitas vezes, apresentam deturpações no entendimento de comportamentos não padronizados e/ou socialmente aceitos, que demonstram características regressivas, que impedem a transformação das relações com a aceitação das diferenças (Silva, 2006).

Sendo assim, a visão comportamental do estudante passa, em sua maioria, para além do biológico, mas também pelo sócio-cultural. Pensando que "[...] Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a

apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT 2010e, p. 44, apud NOZU [et al.], 2015), há de se lutar por uma transformação na concepção comportamental dos indivíduos em um ambiente escolar, tendo em vista que o comportamento do indivíduo passa, em muitos casos, pela tratativa e pelas ações que desencadeiam o comportamento. Assim, se não houver mudança de concepção a respeito da inclusão dentro da escola, nenhuma política pública nesse sentido poderá ser efetivada com sucesso.



A observação das características do estudante público da educação especial, através dos diferentes

aspectos apresentados no PDI, pode ser via de acesso para o entendimento de seu comportamento sociocultural - o que é gatilho para a irritação do (a) estudante? Como evitar sua irritação? Como agir em caso de irritação? - e quais as possibilidades de ações pedagógicas e inclusivas a serem implementadas para que as atitudes de todos os envolvidos no ambiente escolar possibilitem o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os estudantes.

A participação do estudante público da educação especial em projetos de ações coletivas como debates de temas diversos, teatros, trabalhos em grupo, excursões, são sugestões de atividades a serem desenvolvidas pela escola para a mudança de comportamento e estímulo ao respeito às diversidades.

ASPECTOS PSICOMOTORES OBSERVADOS

A observação dos aspectos psicomotores, ou seja, aspectos relacionados à forma de percepção, atuação, ação com o outro, com os objetos e consigo mesmo, permite o entendimento das habilidades desenvolvidas pelo estudante para se expressar através de seu corpo e de sua autonomia. Sendo assim, o desenvolvimento psicomotor está diretamente relacionado ao desenvolvimento integral do indivíduo. A psicomotricidade envolve o esquema corporal, que desenvolve a percepção, a organização espacial-temporal; a lateralidade, a coordenação motora ampla/global e a coordenação motora fina.

Para o desenvolvimento do esquema corporal, é essencial a percepção do próprio corpo, iniciando, intuitivamente, e evoluindo com a percepção tátil, visual e de suas

experiências. Esse conhecimento interfere na aprendizagem e na personalidade do indivíduo, na tomada de consciência e percepção de sua existência nos ambientes. Percebe-se que, por meio do desenvolvimento do esquema corporal, todos os demais aspectos da psicomotricidade evoluem, pois o estudante se percebe no ambiente, nas interações com os objetos, com as pessoas, com o tempo e o espaço.

Os aspectos elencados neste item no PDI apresentam o perfil psicomotor do estudante em diversos sentidos e permitem a intervenção e a adaptação de diferentes maneiras e de forma específica para cada estudante, conforme suas necessidades. Uma vez identificados esses aspectos, os pontos positivos deverão ser reforçados e as habilidades, ainda não desenvolvidas, estimuladas.

Atividades, adaptações e suplementação deverão ser pensadas em consonância com as habilidades a serem desenvolvidas na turma (de forma contextualizada) e ao conteúdo que está sendo trabalhado em sala de aula, tendo em vista as características apresentadas pelo estudante, como:



Atividades visuais e sensoriais, autorretrato, atividades na frente de espelhos; apresentação de fotos e imagens do estudante e do outro; adaptações de objetos e atividades utilizando diferentes texturas, possibilitando diferentes sensações (exemplo: uso de lixas, esponjas molhadas e secas, algodão, cheiros diversos) para o desenvolvimento/reconhecimento corporal, dos movimentos, do espaço, da postura e da coordenação motora fina.



Atividades que estimulem a visão, tato e movimento para diferentes lados - sons, imagens e objetos em diferentes lugares do ambiente que promovam a movimentação do corpo ou parte dele, de acordo com as possibilidades do estudante - tais como rolar bolas com as duas mãos, com os dois pés ou com outras partes do corpo de forma bilateral; uso de objetos com guizos, favorecendo o desenvolvimento/reconhecimento do corpo, da lateralidade,



da organização de objetos, da segurança e autocontrole; ampliação de textos, transcrição de textos em código Braille, atividades traduzidas em vídeos na Língua Brasileira de Sinais – Libras, grifos em frases e palavras como ponto chave da leitura, ilustrações.



Adaptações para o desenvolvimento da tonicidade muscular, facilitando o movimento de pega e da coordenação motora fina, da leitura e da escrita. Exemplos: engrossadores de lápis, adaptação de carteiras e cadeiras, planos inclinados, pegadores ampliados em objetos, dentre outras.



Atividades e brincadeiras ao ar livre que estimulem a coordenação motora grossa e o equilíbrio corporal: pular corda, amarelinha, corridas de obstáculos, movimentar o corpo ou parte dele, mesmo em cadeiras de rodas no que for possível, coordenar mãos e pés ao mesmo tempo.

ASPECTOS PEDAGÓGICOS/COGNITIVOS OBSERVADOS

A percepção das funções executivas, ou seja, os processos cognitivos complexos, responsáveis por organizar e adaptar o comportamento a um ambiente dinâmico (Jurado e Rosselli, 2007, apud CZERMAINSKI [et al.], 2013) poderão orientar a abordagem do profissional na busca de recursos, atividades, estratégias, adaptações e metodologias específicas às necessidades do estudante público da educação especial.

As funções executivas interferem diretamente nos aspectos cognitivos, ou seja, na atenção (sustentar, focar, fixar, selecionar dados relevantes dos irrelevantes, distrair, entre outros); na memória (localizar, recuperar, manipular, julgar e utilizar de informações importantes, entre outros); no controle (iniciar, persistir, esforçar, inibir respostas impulsivas, regular e auto-avaliar as tarefas, entre outros); na ideação (improvisar, raciocínio abduutivo, indutivo e dedutivo, precisar e concluir tarefas, entre outros); em planificar e antecipar (priorizar, ordenar, hierarquizar e prever tarefas visando atingir fins, objetivos e resultados, entre outros); em flexibilizar (autocrítica, alterar condutas, mudar de estratégias, detectar erros e obstáculos, buscar intencionalmente soluções,



entre outros); na metacognição (auto-organizar, sistematizar, auto-monitorar, revisar e supervisionar, criar estratégias de aprendizado, entender como aprende com mais facilidade, entre outros); em decidir (aplicar diferentes resoluções de problemas, gestão do tempo evitando atrasos desnecessários, entre outros); em executar (finalizar e concomitante verificar, retornar e referenciar ou reconstruir após retornar em referências do texto, problemas e atividades, entre outros) e na percepção (nas ações que interferem ou não em outras, para atuações preventivas, analíticas e sintéticas, entre outros).

Sendo assim, para pensar os aspectos pedagógicos/cognitivos, é necessário observar as reações espontâneas em diferentes situações, de forma a perceber os comportamentos que exigem planejamento para o estudante como, por exemplo, o autocontrole nas ações ou na linguagem (verbal ou não verbal), se acessa a memória para responder ou agir, se apresenta controle inibitório (moderando suas reações e falas de acordo com a situação), a forma de desenvolvimento do raciocínio lógico e do pensamento na solução de problemas. A atenção é outro aspecto cognitivo importante a ser percebido e trabalhado com o estudante, visto que é imprescindível para a formação de memórias e o consequente aprendizado. A capacidade de focar e concentrar em determinado objeto/ação em detrimento a outros no ambiente, de forma direcionada, requer treinamento e esforço mental do indivíduo. Para tanto, é necessária uma preparação do ambiente e do material a ser trabalhado, despertando interesse e a curiosidade, tendo como ponto de partida os conhecimentos já consolidados pelo estudante, reforçando sempre os itens mais importantes do conteúdo e estabelecendo relação com o cotidiano, através da repetição escalonada (voltar com o mesmo conteúdo após um certo período de tempo, utilizando de variados estímulos visuais, auditivos, cinestésicos⁴, grupos de discussões) favorecendo seu armazenamento na memória de longo prazo do estudante.

COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM

"No sentido atribuído pelos teóricos das telecomunicações, comunicação é o ato de transmitir uma informação de um ponto a outro (pessoa ou lugar)" (Crystal *et al*, 1995, p. 14, apud David, 2015).

Comunicar é muito importante e saber como o estudante se comunica é fundamental para a relação de aprendizagem e interação social. A comunicação se dá por meio das diversas linguagens (musical, verbal, escrita, pictográfica, visual, etc). O aprendizado se consolida por meio da linguagem significativa, próxima ao nível de desenvolvimento, sendo indispensável a interação do professor com o estudante, promovendo a confiança afetiva, estabelecida pela atenção, cuidado na preparação dos materiais que propiciam a comunicação e uma apresentação adequada e positiva.

4 Percepção de movimentos.

É primordial ter a percepção de que muitas vezes a necessidade do estudante é puramente sensorial, linguística ou comunicacional, tendo suas habilidades cognitivas preservadas, sendo necessário somente um recurso que estabeleça a comunicação para que a aprendizagem se concretize (o uso da Libras, o Tradutor e Intérprete de Libras, percepção de respostas por meio de gestos - levantar um dedo, piscar, mexer a perna, etc - softwares ampliadores de tela, pranchas de comunicação, entre outros recursos e tecnologias assistivas que possibilitem a comunicação).

Ante ao exposto, é importante elucidar que tecnologias assistivas não se referem somente a aparelhos tecnológicos ou tecnologias de alto custo. O conceito de tecnologia assistiva é mais amplo e abrange a utilização de recursos, metodologias, produtos, estratégias, práticas e serviços que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento do sujeito para que ele possa agir sobre o meio com isonomia, independência e autonomia. A tecnologia assistiva aplicada à comunicação se dá por meio da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), voltada para a ausência de fala ou da escrita funcional, complementando ou substituindo a linguagem oral. Abaixo, exemplificam-se algumas ⁵tecnologias assistivas de baixo custo que podem ser construídas pelos professores:



FOTO 1: Prancha de comunicação



FOTO 2: Cartaz de adição para surdos

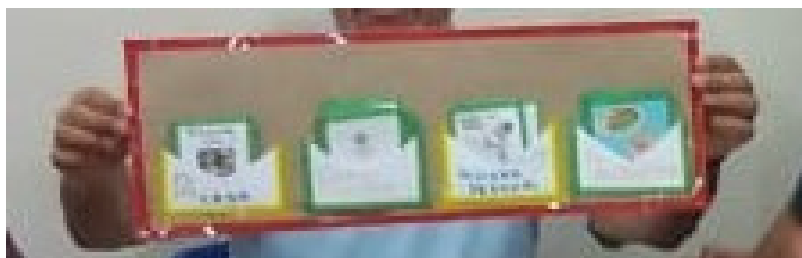


FOTO 4: Fichas para comunicação alternativa

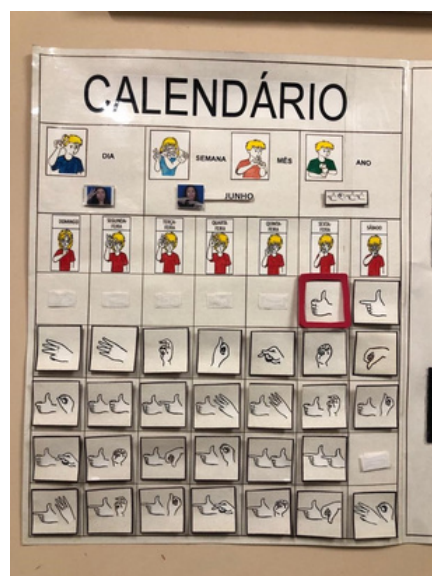


FOTO 3: Calendário para surdos

5 Fotos realizadas em capacitações do Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial - CEOPEE Uberaba e do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Apoio às Pessoas com Surdez Unidade Montes Claros. Produções de professores da rede estadual de ensino.

CAPÍTULO II

AValiação BIMESTRAL

PLANEJAMENTO BIMESTRAL

O planejamento bimestral, realizado pelo professor, deve contemplar o conteúdo do componente curricular, as habilidades a serem desenvolvidas, a metodologia de trabalho e as habilidades consolidadas pelo estudante. Esse planejamento deverá ser registrado pelo professor, em planilha padrão do documento do PDI, de forma a contemplar toda a organização elaborada para o alcance de metas de aprendizagem específicas para o estudante. Esse documento (um documento por componente curricular) deverá ser preenchido, ao longo de cada bimestre (um quadro por bimestre, sendo finalizado ao final do mesmo), pelo professor responsável por cada componente curricular, com o auxílio do professor de apoio à comunicação, linguagem e tecnologias assistivas (ACLTA), caso o estudante seja acompanhado por esse profissional. Para tanto, é indispensável a observação e análise cotidiana dos itens anteriores apresentados no PDI, mantendo o documento sempre em mãos para atualização, produção de metas, planos de ação, estratégias, entre outros.

Os itens apresentados na planilha padrão do documento do PDI são:

-  **Identificação do estudante, da turma, do componente curricular e da etapa (bimestre ou trimestre).**
-  **Objetivo geral do componente curricular para a turma:** apresentar o objetivo da disciplina para a etapa, conforme o ano de escolaridade.
-  **Objetivo geral do componente curricular para o(a) estudante:** apresentar o objetivo do componente curricular para a etapa, conforme o ano de escolaridade, e as adaptações necessárias para atender as especificidades do estudante.
-  **Qual o conteúdo será trabalhado no componente curricular?** O conteúdo a ser trabalhado com o estudante público da educação especial deverá ser o mesmo a ser ministrado para toda a turma, sendo previstas as adaptações e/ou flexibilizações e suplementação, caso necessário.

➤➤➤ **Qual a habilidade a ser construída/desenvolvida?** Metas a serem alcançadas, traçadas conforme as habilidades elencadas para desenvolvimento dos estudantes em cada componente curricular, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Currículo Básico Comum (CBC) para o Ensino Médio e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) para Educação Infantil e Ensino Fundamental, adaptadas e/ou flexibilizadas, considerando as necessidades e especificidades do estudante para a promoção de sua aprendizagem.

➤➤➤ **Descrição da metodologia de trabalho e os materiais a serem utilizados para que o estudante adquira a habilidade ou aprendizado:** segundo Regina Célia C. Haydt (p. 9, 2010), "A Didática não pode tratar do ensino, por parte do professor, sem considerar simultaneamente a aprendizagem, por parte do aluno", sendo assim, é importante pensar na metodologia de trabalho a partir do conhecimento da turma como um todo, mas observando e respeitando as individualidades de cada estudante.

Em alguns conteúdos, considerando as especificidades dos estudantes, poderá ser necessária a adaptação de materiais ou até mesmo a mudança de estratégias de ensino.

Em outros momentos, poderá haver a necessidade de flexibilização curricular (SANTOS, 2017), tendo por base que o currículo é uma construção histórico-cultural, que necessita de análise dos conhecimentos não adquiridos e dos conhecimentos em construção (zona de desenvolvimento proximal - ZDP) presentes nos itens anteriores do PDI. Nesses casos, pode faltar ao estudante



o conhecimento e a abstração indispensáveis para a aquisição do conteúdo planejado para a turma, sendo necessária a modificação da temática para o mais aproximado possível da apresentada à turma. Exemplo: em Matemática, um estudante consegue distinguir números de letras, no entanto, apresenta dificuldade em sequência numérica e álgebra básica (adição, subtração, multiplicação e divisão). Na turma, o professor trabalha análise combinatória (permutação, combinação e arranjo), que exige conhecimento de números e abstração. Nesse caso, há de se trabalhar, por exemplo, conceitos básicos da Matemática (números, sequência numérica, álgebra básica) por meio de materiais concretos.



Para os estudantes com altas habilidades/superdotação, haverá a necessidade de suplementar as atividades realizadas em sala de aula, ou seja, apresentar atividades com um grau de dificuldade maior. Essas atividades pressupõem um nível mais avançado acerca do conteúdo trabalhado em sala de aula, com o intuito de atender à necessidade do estudante que apresenta altas habilidades/superdotação, estimulando-o em suas habilidades e considerando seu potencial cognitivo elevado. Para que essas atividades sejam desenvolvidas de maneira assertiva, a colaboração entre os professores é extremamente necessária e importante, pois depreende-se conhecimento mais avançado acerca do(s) conteúdo(s) de interesse do estudante.

“A diversificação de que falamos não pode ser confundida com redução ou simplificação. Como já pontuamos anteriormente, falamos em diversificação de caminhos, mais que em diversificação de conteúdos, embora esta Síntese e apontamentos futuros também seja possível. Ao estruturar caminhos distintos, busca-se alcançar o mesmo objetivo comum previamente projetado.” (SANTOS, p. 28, 2022)

A avaliação da estratégia a ser adotada com cada estudante deve ter por base a aquisição de conhecimentos escolares e de conhecimentos que contribuam para a sua cidadania, tendo em vista que o estudante está em constante crescimento biológico (fato que não retrocede), sendo indispensável trabalhar com seus pares (a fim de evitar a infantilização) e estimular o seu desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento.

As atividades previstas, para estudo na turma em que o estudante com deficiência estiver matriculado, devem ser apresentadas de forma simplificada, com poucas palavras, subdividindo as atividades, utilizando exemplos, se possível, do dia a dia dos estudantes. O professor deve ministrar a aula sempre posicionado de frente para a turma (evitar se expressar enquanto escreve ao quadro), com voz firme e apresentando exemplos práticos e, sempre que possível, concretos, para que possam ser manuseados (principalmente quando se tratar de estudantes cegos), buscando um entendimento completo do conteúdo ministrado, respeitando sempre a idade cronológica do estudante e a habilidade a ser desenvolvida. É válido para potencializar o aprendizado do estudante, que seja aceito o uso de equipamentos como computadores, calculadoras, abafadores de ruído (nos casos de TEA com sensibilidade a barulho), engrossadores de lápis, gravação das aulas, entre outros, de acordo com a necessidade observada.

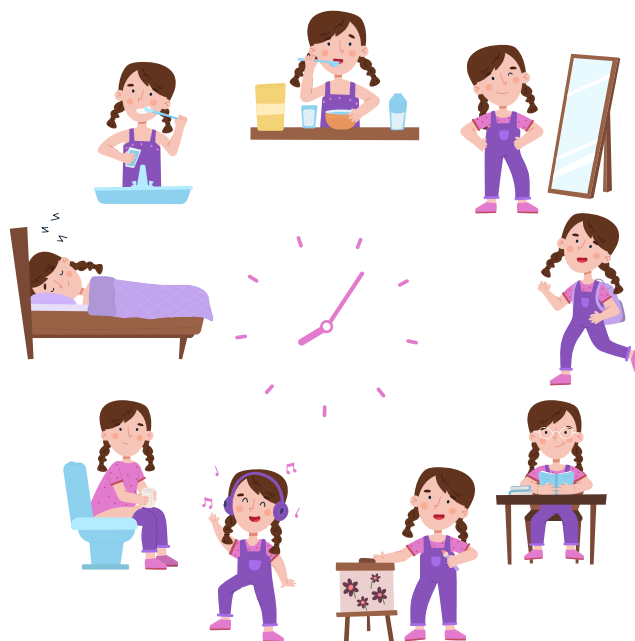
Também é interessante o uso das atividades realizadas em grupo ou em dupla, práticas que desenvolvem o aprendizado entre os pares e fortalecem o aprendizado individual, reforçando as habilidades trabalhadas, além de ampliarem os laços de amizade e companheirismo entre a turma, combatendo os preconceitos por meio do diálogo e trocas de experiências. No entanto, é interessante que o professor conheça seus alunos, para que os grupos ou duplas formadas atendam os objetivos propostos pelo professor na atividade apresentada, que podem ser comportamentais, sensoriais, intelectuais, entre outros.



Além disso, o material utilizado na turma deve ser mais ilustrativo (principalmente quando se tratar de estudantes surdos) e/ou concreto (jogos, ábaco, letras móveis, objetos representativos, maquetes, representação de problemas em gráficos), que associado a esta abordagem simplificada, possibilitará a maior compreensão da atividade e amadurecimento da aprendizagem.

A produção e apresentação de materiais que agradam os sentidos, conhecimento do que o estudante gosta, seus hábitos e interesses, a demonstração de afeto e apreço ao trabalho realizado pelo estudante, também são incentivos para a aprendizagem, além de tornar a aula mais rica para toda a turma.

Outro ponto importante é estabelecer uma rotina de trabalho de acordo com as necessidades e interesses dos estudantes, com horários e sequências de atividades preestabelecidas, antecipando ao máximo os acontecimentos ao longo do dia e, se possível da semana (uma excursão com a turma, por exemplo, deve ser trabalhada com o estudante dias antes do evento, antecipando os acontecimentos possíveis durante a saída e



retorno à escola, evitando-se, assim, situações que desorganizem o estudante). As rotinas podem ser descritivas, elaboradas a partir de desenhos, figuras, colagens ou fotos, muitas vezes, aproveitando a criatividade e as habilidades artísticas dos próprios estudantes. Principalmente em turmas em que há presença de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA), as rotinas são essenciais para o bom funcionamento do trabalho pedagógico.

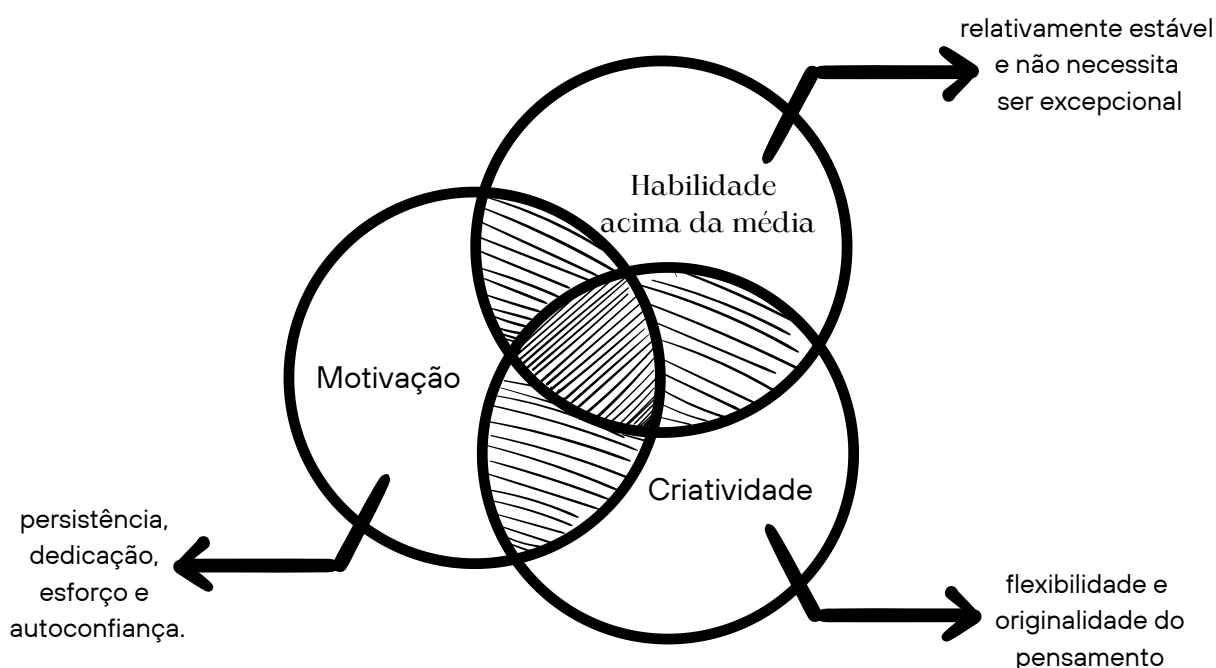
Para o trabalho com estudantes com TEA, é importante evitar expressões com sentido figurado como, por exemplo, "ao pé da letra", "fio da meada", a não ser que façam parte do conteúdo a ser trabalhado, sendo a explicação imediata. As informações também devem ser tratadas de maneira direta e exploradas até o fim do entendimento do estudante. Deve ser evitadas mudanças de móveis e de lugares de assento dos estudantes na turma. Lembre-se que a rotina é muito importante para esses estudantes. É necessário também incentivar os estudantes a realizarem as atividades sozinhos, oferecendo ajuda só quando for indispensável, sem antecipar ou subestimar a capacidade, favorecendo o desenvolvimento de sua autonomia

Outro ponto é que, ao pensar a metodologia de trabalho, o professor deve ter em mente o perfil da turma em que a atividade será desenvolvida e as especificidades de cada estudante, buscando uma diversificação de métodos para alcançar as necessidades de toda a turma, apresentando as mesmas habilidades de diferentes maneiras.

A troca de experiências entre os professores também é uma prática interessante. Para isso, sugerimos a construção de um banco de atividades exitosas realizadas com cada estudante público da educação especial para acesso coletivo entre os profissionais.

Ressaltamos que o estudante com deficiência faz parte da turma e, mesmo que seja atendido por um profissional de apoio (professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistiva - ACLTA, Tradutor e Intérprete de Libras - TILS ou Guia-Intérprete - GI), é papel do professor regente planejar e ministrar as aulas, considerando as necessidades e especificidades dos estudantes. Elucidamos que os profissionais de apoio atuam para facilitar o acesso do estudante ao Currículo. Sendo assim, as atividades devem ser planejadas pelo professor regente, juntamente com os profissionais de apoio ou repassadas, com antecedência mínima de 3 (três) dias, para que as adaptações sejam realizadas, de forma a possibilitar o acesso do estudante com deficiência. Recomenda-se que a sala de aula seja organizada de forma a facilitar o acesso do estudante ao professor regente e aos recursos disponíveis para sua aprendizagem.

É importante que o professor saiba que o estudante com deficiência é capaz de acompanhar e aprender junto com a turma em que se encontra, visto que as habilidades propostas em cada ano de escolaridade trazem informações que o estudante poderá adquirir independente da deficiência e dos conhecimentos prévios, obtendo avanços nas potencialidades observadas inicialmente no PDI. Já para os estudantes com altas habilidades/superdotação, é importante considerar que as habilidades previstas para o ano de escolaridade poderão ser facilmente desenvolvidas, exigindo a antecipação de outras para contemplar as especificidades desses estudantes. Sendo assim, o PDI deve estar sempre próximo ao professor regente para consulta cotidianamente, visualizando avanços e voltando sempre nas metas e objetivos traçados, propondo correções de rumos em tempo hábil para o aprendizado do estudante.





Qual habilidade/aprendizado adquirida pelo(a) estudante no final deste bimestre em cada conteúdo? Esta coluna deverá ser preenchida ao longo da etapa (bimestre ou trimestre), após a apresentação do conteúdo especificado e adaptado, indicando qual a habilidade o estudante consolidou em relação ao conteúdo apresentado, sendo concluído o registro no fim de cada bimestre ou trimestre.

Sabemos que a avaliação deve apresentar um caráter qualitativo, em que a correção busque o entendimento do pensamento do estudante ao responder às questões (metacognição) e a valorização do conhecimento parcial ou superior adquirido ao analisar cada item, tendo em vista que, para o estudante com deficiência, o desenvolvimento da questão pode estar correto diferindo do resultado final. Exemplo: em uma expressão numérica, o estudante consegue desenvolver a ideia da realização do conteúdo, pensando, inclusive, a abstração para o uso real do conhecimento para o dia a dia. No entanto, ao longo da resolução da atividade proposta, alguma operação algébrica foi solucionada de forma incorreta, resultando em uma conclusão diferente da real. Nesse caso, o estudante deve ser avaliado de forma a valorizar também os conhecimentos adquiridos, de maneira parcial.

Após a análise das questões avaliadas e da percepção dos objetivos não alcançados conforme planejamento, é importante que os conteúdos trabalhados e não assimilados sejam revistos e avaliados ao longo do bimestre, de maneira diversificada, por meio de novos recursos. Ao final da etapa, caso o aprendizado não se consolide, deverá ser apresentada proposta de Intervenção Pedagógica para o auxílio no processo de aprendizado do estudante.

AVALIAÇÃO

Documento avaliativo que descreve o resultado do estudante durante o bimestre. Esse documento deverá ser preenchido em planilha padrão (documento PDI), ao longo de cada bimestre ou trimestre (um quadro por bimestre ou trimestre), pelo professor responsável por cada disciplina com o auxílio do professor ACLTA, caso o estudante seja acompanhado por esse profissional (um documento por componente curricular).

O documento indica um quantitativo mínimo de três avaliações por bimestre. No entanto, nada impede que o professor realize e/ou relate outras avaliações desenvolvidas pelo estudante ao longo deste percurso.

Ressalta-se que a avaliação aplicada à turma em que o estudante público da educação especial se encontra matriculado deverá ser adaptada conforme sua necessidade, para a construção da habilidade que se pretende, conforme planilha do item IX do PDI (Planejamento Bimestral). Assim, é válida a leitura, simplificação, escrita por um terceiro, uso de calculadora, computador, interpretação em Libras no momento da avaliação, dentre outras adaptações.

Os itens apresentados na planilha são:



Valor: Refere-se ao valor ou conceito planejado para a atividade avaliativa (deverá ser o mesmo valor ou conceito conferido para toda a turma em cada atividade).



Nota alcançada: Campo destinado à indicação da nota ou conceito alcançado pelo estudante após atividade avaliativa adaptada.

É importante lembrar que a nota deverá ser baseada em:



Grau de autonomia para realizar a atividade.

Este item apresenta alternativas a serem marcadas no documento:

1. “Muito suporte” ou “Pouco suporte”: Essas alternativas referem-se à necessidade de utilização de muitas adaptações, explicações, materiais concretos, flexibilização e de acessibilidade para a compreensão e conclusão da atividade avaliativa.
2. “Alta compreensão” ou “Pouca compreensão”: Após a utilização dos diversos recursos adaptativos e de acessibilidade para facilitar a realização da atividade, qual o grau de compreensão do estudante

Com esses dados é possível analisar e inferir se as adaptações estão sendo eficientes para o aprendizado do estudante. Por exemplo: pensar que se houver muito suporte e pouca compreensão, pode ser que o método ou a adaptação do material não foi tão eficaz, a partir dessa análise podem ser propostas novas práticas/estratégias que busquem o sucesso no alcance dos objetivos traçados.



Metodologia utilizada (descrever como foi realizada a avaliação)

O professor pode e deve utilizar de diferentes métodos de apresentação da atividade avaliativa: atividades de ligar figuras relacionadas ao conteúdo, múltipla escolha, vídeos traduzidos em Libras, vídeos com animações referentes ao conteúdo, uso de materiais concretos, ilustrações, auxílio leitor,

dentre outros. Além disso, podem ser flexibilizadas as formas de registro das respostas: registro oral com a escrita da resposta pelo professor, escrita de palavras chaves pelo estudante, desenhos representativos, traços ligando respostas correspondentes, visualização de material concreto com apontamento da resposta pelo estudante, dentre outros.



Qual o diagnóstico pedagógico do estudante nessa habilidade?
(descreva potenciais e desafios)

Neste momento, o professor deverá relatar se houve aprendizado a partir das habilidades trabalhadas, de acordo com o potencial do estudante, observado nos itens da avaliação diagnóstica e com as adaptações necessárias para sua assimilação. Deverão, também, ser observados os momentos em que o estudante se sentiu desafiado nas atividades propostas e como foi sua reação. Houve descoberta de novas maneiras de aprendizado por parte do estudante?

RELATÓRIO PEDAGÓGICO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE

O Relatório Pedagógico deverá ser realizado AO FINAL DE CADA SEMESTRE (não havendo impedimento de uma minuta deste relatório, realizada ao longo do período). Deverão ser registrados todos os aspectos do desenvolvimento do estudante, descritos de maneira clara, objetiva, coesa e de forma a demonstrar como se deu o aprendizado, de como o estudante interagiu com os pares e profissionais da escola, como se estabeleceu a comunicação e a afetividade do estudante dentro do ambiente escolar, o desenvolvimento/evolução dos aspectos psicomotores, entre outros pontos observados.

Este documento deverá ser produzido mediante a coordenação do Especialista, responsável também pela escrita, a partir da observação dos registros e ações da equipe pedagógica (Professores regentes, Professor ACLTA, Professor de Sala de Recursos) e poderá contar, também, com relatos dos demais atores da escola, colegas de turma e



a família do estudante. Caso a escola não disponha de Especialista, deve-se eleger um professor regente de turma/aula para essa função.

Nesse relatório, teremos um resumo do desenvolvimento do estudante durante o período, com o olhar de diferentes profissionais da escola, na observação dos aspectos elencados ao longo do PDI. Sendo realizado com a responsabilidade necessária, possibilitará a manutenção ou mudança de rumos nas ações pedagógicas, visando o pleno acesso do estudante ao conhecimento e alterações em itens anteriores do documento.

REFERÊNCIAS

ASSIS JÚNIOR, Luiz Carlos de - *O direito fundamental à adaptação razoável na convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência*. UFBA, Bahia:2019, Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30928>>. Acesso em 11 fev. 2025.

BARROS, Rubem. *A neurociência encontra Vigotski*. *Revista Educação*, São Paulo, v. 245, p. 1-10, 15 dez. 2017. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2017/12/15/neurociencia-encontra-vigotski/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2015/L13416.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.

CZERMAINSKI, Fernanda Rasch; BOSA, Cleonice Alves; SALLES, Jerusa Fumagalli. *Funções Executivas em Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro do Autismo: Uma Revisão*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. v. 44, n. 4, pp. 518-525. UFRGS, Porto Alegre: out./dez. 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/159391>>. Acesso em 11 fev. 2025.

DAVID, Isabel Cristina Marques - *A Comunicação na Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais e na Gestão de Conflitos – Percepção da Comunidade Educativa*. Universidade Fernando Pessoa, Porto: Jul. 2015. Disponível em: <<https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5221/1/MESTRADO%20ISABEL%20DAVID.pdf>>. Acesso em 11 fev. 2025.

DELGADO, Marilene da Conceição Siqueira; GOULART, Íris Barbosa. *Práticas de Desenvolvimento de Pessoas com Deficiência em uma Instituição do Setor Educacional, Pesquisas e Práticas Psicossociais*. São João Del Rei, janeiro/julho 2011. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume6_n1/Delgado_%26%20Goulart.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Curso de didática geral*. São Paulo: Ática, 9p. 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/11148299/Curso_de_Didatica_Geral_Regina_Celia_C_Haydt> Acesso em 11 fev. 2025.

KASTRUP, Virgínia. *A aprendizagem da atenção na cognição inventiva*. *Psicol. Soc.* vol.16 no.3 Sept./Dec, Porto Alegre: 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/Zs7wtDMRTYJX338HyT5YqyJ/?lang=pt>> Acesso em 11 fev. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Resolução SEE nº 4256/2020*. Institui as Diretrizes para Normatização e Organização da Educação Especial na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. *Diário Oficial de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 9 jan. 2020.

NOZU, Washington Cesar Shoití; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. *Inclusão escolar: ideologia e/ou discurso? Perspectivas em Diálogo*, v. 2, n. 3, p. 1-17, jan.-jun. 2015. *Revista de Educação e Sociedade*, São Carlos, 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor*. v. 1. Curitiba: SEED, 2016.

POKER, Rosimar Bortolini; OLIVEIRA, Sandra Eli Sartoreto de; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de [et al.]. *Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado*. 184 p. São Paulo: Unesp, 2013.

SANTOS, Caroline Vieira de Campos Gonzalez dos. *Flexibilizações curriculares para o aluno com deficiência intelectual: consultoria colaborativa para professores do núcleo comum e do atendimento educacional especializado*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEB) – CAp/UERJ, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431248/2/Produto%20Livrete%20Pedag%C3%B3gico%20SANTOS%20e%20BRAUN%202017.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SANTOS, Jéssica Rodrigues; PICCOLO, Gustavo Martins; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. *Planejamento educacional individualizado I: elaboração e avaliação*. 28 p. São Carlos: EDESP, 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Considerações sobre adaptações razoáveis no local de trabalho*. Portal ACESSE, 2017. Disponível em: <https://www.portalacesse.com.br/consideracoes-sobre-adaptacoes-razoaveis-no-local-de-trabalho/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SILVA, Luciene Maria. *A deficiência como expressão da diferença*. *Educação em Revista*, v. 44, p. 111-133, dez. 2006. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/a-deficiencia-como-expressao-da-diferenca/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

EDUCAÇÃO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA